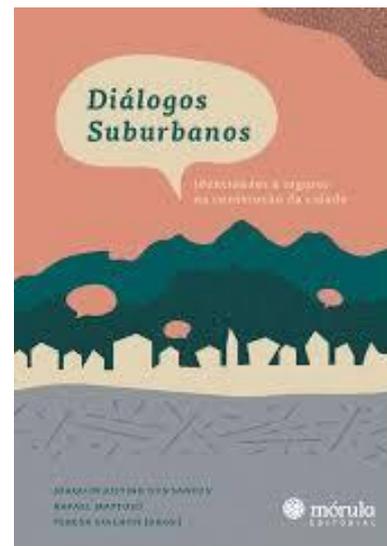


**RESENHA**

SANTOS, Joaquim Justino; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa (Orgs.).  
*Diálogos suburbanos: identidades e lugares na construção da cidade*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

Carlos Eduardo Dias Souza<sup>1</sup>



*Trem sujo da Leopoldina  
Correndo, correndo,  
parece dizer  
Tem gente com fome!*  
Solano Trindade

Entre maio e novembro de 2019, reunimo-nos no Palácio Rio 450, em Oswaldo Cruz, interessados em compartilhar experiências sobre aquela região da cidade. Esses encontros geraram o livro aqui discutido, que reúne textos de alguns dos presentes. Apesar do formato próximo ao acadêmico, nem todos tinham a pretensão de desenvolver de maneira mais fechada seu raciocínio. Assim, os textos variam de resultados de pesquisas já realizadas ou em curso a olhares mais amplos sobre as experiências suburbanas. Fiel à proposta do

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela USP. Instutor de História, Arte e Patrimônio em cursos de educação profissional técnica de nível médio na área de Turismo do SENAC-RJ

encontro, o livro nos convida a pensar junto com os autores sobre os dilemas de viver nos subúrbios.

Um desses dilemas que, acredito, atravessa os textos, reside na percepção dos efeitos ambíguos da modernidade na região. O trecho que inicia este texto, de um poema de Solano Trindade, evidencia este dilema: os trens, que povoam o imaginário suburbano, correm e trazem o progresso, levando consigo trabalhadores ou migrantes em busca de melhores condições de vida, nem sempre com sucesso. “Tem gente com fome!”, lembra o poeta.

Tal questão ajuda a definir o subúrbio carioca: para além do genérico “periferia”, Joaquim Justino dos Santos sugere historicizar os processos de expansão e dinamização urbana do Rio. Assim, para Santos, as regiões que deram origem ao subúrbio carioca (as antigas freguesias de Irajá e Inhaúma) foram regiões que, já no início do século XIX, viram terrenos que serviam como base da *plantation* escravista ser arrendados. Tal dinâmica, segundo Santos, impactou as relações socioeconômicas na região, gerando mudanças na divisão social do trabalho. Por isso, uma definição possível para os subúrbios cariocas é que a região passou a “suprir de mão de obra o crescente mercado de trabalho reunido no centro da cidade” (p. 25). Isso evidenciaria, em termos de relações de poder, a criação de uma zona “socialmente diferenciada no município” (p. 36).

As linhas de trens e bondes, que desde meados do XIX cortavam a região, colaboraram para sua dinamização. Ainda que Santos frise que o papel das estradas de ferro não deva ser superestimado, elas teriam colaborado para a consolidação do território (p. 32). A presença de trens é tão marcante que Rodrigo Ribeiro e Flávio Lima, ao sugerir agenciamentos possíveis nos subúrbios, têm os trens como referência ao pensarem a construção de centralidades locais. Uma dessas centralidades deslocou para a região da Baía de Guanabara o polo dinâmico da metrópole em formação. Isso fez com que sua orla perdesse seu uso como espaço de lazer em prol da criação de rodovias e indústrias, com efeitos negativos não apenas para a sociabilidade local, mas para o ambiente (p. 257-259).

Maria Paula Albernaz, ao discutir a criação de centralidades na zona da Leopoldina, reforça que, além dos trens, a Avenida Brasil, de 1946, e a criação de uma zona industrial entre a via e a orla da Guanabara colocam em cena outro tipo de ocupação na região. O Plano Agache, de 1928, já previa o uso da zona norte como área industrial, segundo Luiz Paulo de Oliveira (p. 40)<sup>2</sup>, o que colaborou para a ocupação de espaços como os atuais Complexos da Maré e do Alemão (p. 90; p. 119).

Arelado a esse movimento de ocupação da região por trabalhadores estava a necessidade de ordená-los, como realçam Nilce Aravechia-Botas e Flávia do Nascimento. Logo no início do texto, as autoras levantam um argumento interessante, a partir de proposta de Nelson Fernandes: que os subúrbios cariocas foram espaços importantes para a experimentação de políticas urbanas no país (p. 116). No contexto da Era Vargas, as políticas trabalhistas tinham na organização dos trabalhadores uma de suas bases. Isso se fazia evidenciar no tipo de ordem cotidiana para eles prevista, por exemplo, em conjuntos habitacionais como o criado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) na Penha, inaugurado em 1949, já no governo Dutra.

Assim, o Estado organizava os trabalhadores em casas amplas, com espaços para convivência comunitária e formação dos jovens, incluindo a criação de uma escola na praça central. Próximo dali, um hospital, ou seja: todo um aparato de serviços públicos era montado. Para além da locomoção facilitada pelo trem, na própria região estava o trabalho. Em resumo, uma dinâmica urbana foi sendo criada, tendo o Estado como fiador (p. 126-132). Ao mesmo tempo, esse espaço suburbano se complexificava, passando a registrar diferentes lógicas de ocupação e integração, fazendo dos subúrbios um lugar de hibridizações, segundo Antônio Lins (p. 221-240) - uma questão, aliás, atrelada a processos de modernização.

---

<sup>2</sup> Outros projetos reforçavam essa “vocação” suburbana, como o decreto 6.000 de 1937 (p. 121).

O efeito colateral disso, para Luiz Paulo de Oliveira, foi a segregação desses operários àquela região da cidade, bem como a criação de um passivo ambiental (p. 48). Para Aravechia-Botas e Nascimento, essa dinamização do território modificou a escala de relação com o espaço, que deixou de ser a cidade e passou a ser a região (p. 122). Outro efeito colateral foi o adensamento urbano, que não foi de todo controlado pelo Estado, gerando ocupações desordenadas (p. 132).

Um dos limites da atuação do Estado nos subúrbios é o que Ana Slade destaca em seu texto. A cidade capitalista, pautada na especialização dos espaços, acaba reforçando a segregação ao separar moradia e trabalho. Porém, os “puxadinhos” encontrados nos subúrbios e estudados pela autora são lidos como uma maneira dos moradores “atender[em] a outras demandas da vida cotidiana para além da moradia” (p. 143). Assim, e ainda que à revelia da legislação, são criados espaços de convívio entre moradores, como os botequins - considerados, por Ribeiro e Lima, outro polo de agenciamento suburbano (p. 260-261) -, lanchonetes ou pequenas oficinas, que avançam sobre as calçadas em nome não apenas da geração de renda, mas do reforço de sociabilidades comunitárias (p. 158-159; 260).

Essa lógica comunitária está presente, de diferentes maneiras, nos textos de Rafael Mattoso, Luiz Cláudio Lima e Maria Celeste Ferreira, e Leandro Mendonça. Este último, em estudo sobre jornalistas e imprensa suburbana no começo do século XX, evidencia um tipo de organização coletiva que buscava mostrar para a “cidade” as demandas próprias ao espaço suburbano (p. 205). Em termos contemporâneos, algumas dessas demandas são discutidas por Lima e Ferreira, que destacam, a partir dos casos da Igreja matriz de Irajá e do Cine Vaz Lobo, formas de mobilização e recriação de centralidades a partir da atuação dos moradores da região, que os têm como referência simbólica (p. 63-85). Já Mattoso, como um palimpsesto, nos fornece um panorama não apenas de estudos sobre a região, mas de perspectivas possíveis de análise, muito por conta de sua própria experiência como pesquisador e suburbano, evidenciando,

pautado nos estudos de E. Thompson, formas de resistência cotidiana através da cultura popular (p. 178-190).

O livro, que traz perspectivas do urbanismo em diálogo com experiências cotidianas de frequentadores dos subúrbios, a despeito de estar perpassado pelo que se chamou aqui de dilemas da modernidade, acaba não avançando nessa discussão. Apesar de diferentes autores identificarem sinais de um estilo de vida moderno na região, os embates desse novo estilo com lógicas de sociabilidade comunitárias acabam sendo tomados como formas de resistência, pautados em características “tradicionais” da região, como o hábito de sentar na calçada e compartilhar agruras com a vizinhança.

Tais dinâmicas ditas tradicionais podem evidenciar resíduos de outras experiências que, frente às mudanças, exteriorizam persistências, algumas de tom conservador. Isso aparece, por exemplo, na dissertação de Rolf de Souza (2003), na qual o autor discute os usos de uma esquina da zona norte por um grupo de homens, apropriando-se do espaço público para fazer churrascos. A ocupação daquele espaço pela “rapaziada” é um reforço de sua masculinidade, evidenciado, por exemplo, no mictório improvisado na rua e na ocupação de uma calçada sem serem importunados, especialmente por mulheres, complexificando a análise proposta por Slade, por exemplo.

Em termos históricos, destaque-se a que antiga “nobreza principal da terra” não necessariamente “abandonou” a região devido à perda de poder econômico, como sugere Justino dos Santos. Segundo João Fragoso, a fim de garantir seu poder e perpetuá-lo no tempo e no espaço, essa elite construiu redes de dependência que se favoreciam dos ganhos resultantes da expansão da economia escravista. Ela reforçava a sua dominação através de alianças, casamentos, laços clientelísticos e até alforrias. Para o autor, a disseminação de um ideário hierarquizado, mesmo entre pequenos proprietários, relaciona-se a um tipo de sociabilidade no qual a ascensão social está ligada ao viver sobre o trabalho alheio. Como resultado, gerou-se “a naturalização da ideia de estratificação, combinada com a reciprocidade desigual” (FRAGOSO, 2015: 81), o que pode ter surtido efeitos deletérios na sociabilidade local - perceptível,

por exemplo, na dissertação de Souza (2003: 17-18), nos estigmas sobre moradores de um conjunto habitacional.

Ademais, em termos macrossociológicos, a manutenção de aspectos comunitários em contexto de modernização é uma questão que se colocava nacionalmente, e que animou importantes debates na década de 1950. Acreditava-se que o Brasil mostraria para o mundo um novo tipo de vida civil, combinando práticas capitalistas em expansão com traços que seriam próprios ao nosso povo, como a cordialidade, algo que já se tem criticado (MELLO; NOVAIS, 1998: 560). Exceção feita ao texto de Aravecchia-Botas e Nascimento, os outros textos pouco dialogam com essas perspectivas mais amplas. Quando muito, questiona-se a dicotomia centro x periferias urbanas, uma questão necessária, mas que já vem há alguns anos incorporando visadas mais complexas, como aquelas propostas por Veena Das (2008), que discute a construção do Estado a partir de suas margens.

Nesse sentido, a questão pode ser ampliada: em que medida essas experiências suburbanas dialogam não apenas com processos de dinamização da urbe carioca, mas também com práticas de sociedades em processo de modernização? Some-se a isso nossa integração nesse processo como periferia do sistema capitalista, o que coloca mais uma série de questões para que se explorem os significados das formas de resistência. Um embate clássico das ciências sociais se apresenta: o dilema tradição x modernidade. Assim, algumas formas de sociabilidade suburbanas, ainda que alimentadas por processos históricos específicos, podem ser relacionadas a outros movimentos análogos em diferentes contextos. Tal abordagem pode colaborar na ampliação dos tão proveitosos diálogos promovidos mensalmente em Oswaldo Cruz, cujo livro ora discutido permite, agora, que essas conversas repercutam por mais tempo em novos lugares.

## Referências

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, pp. 19-52, 2008.

FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História (São Paulo)*, vol. 34, nº 2, julho 2015, p. 58-107.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. *A Confraria da Esquina: o que os Homens de Verdade falam entre si em torno de uma carne queimando. Uma etnografia de um churrasco numa esquina do subúrbio carioca*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPCIS-UERJ, 2003.

TRINDADE, Francisco Solano. Trem sujo da Leopoldina. In *Cantares ao meu povo*. São Paulo: Fulgor, 1961.